



**Câmara Municipal de Votorantim**

**"Capital do Cimento"**

**Estado de São Paulo**

**Boulevard Antônio Festa, 88 - Centro, Votorantim – SP - CEP: 18110-105**

**Parecer n. 152/2025-LNS**

**Projeto de Lei Ordinária n. 139/25**

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária (PLO), de iniciativa parlamentar, que altera a Lei Municipal n.º 2.641, de 20 de junho de 2018. A Proposta foi redigida nos seguintes termos:

Art. 1º Os artigos 4º e 5º da Lei Municipal n.º 2641, de 20 de junho de 2018, passam a ter as seguintes redações:

*"Art. 4º Os estabelecimentos comerciais ficam proibidos de vender tintas em embalagens do tipo spray sem a prévia exibição de documento oficial de identidade pelo comprador.*

*Art. 5º Os estabelecimentos comerciais ficam obrigados a implantar banco de dados contendo, no mínimo, o nome completo e o número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF dos compradores de tintas em embalagens do tipo spray.*

*Parágrafo único. As informações referidas no caput deste artigo deverão constar na nota fiscal, observada a legislação federal e estadual pertinente, bem como deverão ser mantidas por, no mínimo, 03 (três) anos e apresentadas quando solicitado por qualquer autoridade fiscal. "(NR)*

Art. 2º Os artigos 6º, 7º, 8º e 9º passam a ser incluídos na Lei Municipal nº 2641, de 2002, com as seguintes redações:

*"Art. 6º O descumprimento ao disposto nesta Lei constitui infração grave, ficando os estabelecimentos comerciais sujeitos a multa de 750 (setecentos e cinquenta) a 1.500 (mil e quinhentos) Unidades Fiscais do Município (UFMs).*

*Parágrafo único: O valor auferido com as multas referidas no caput deste artigo será depositado em fundo específico, destinado a custear a recuperação dos bens públicos pichados, nos termos de regulamentação própria.*

*Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, disciplinando os procedimentos para apuração das infrações, aplicação das sanções e fiscalização.*

*Art. 8º As despesas decorrentes com a aprovação desta Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no Orçamento;*

*Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."*

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



**Câmara Municipal de Votorantim**

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

Boulevard Antônio Festa, 88 - Centro, Votorantim – SP - CEP: 18110-105

O PLO em análise tem por objeto a alteração da matéria constante na Lei Municipal n. 2.641/2018, que trata da prevenção e punição de atos de pichação, vandalismo e depredação do patrimônio público e privado, com o intuito de reforçar as medidas de prevenção ao delito de pichação previsto no art. 65 da Lei Federal nº 9.605/1998<sup>1</sup>.

Preliminarmente, verifica-se que a matéria em análise insere-se na competência legislativa do Município, nos termos do art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal (CF), por tratar de tema de interesse local e de caráter suplementar à Lei Federal nº 12.408/2011, que dispõe sobre a proibição da comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol (spray) a menores de dezoito anos.

Além disso, a matéria não se insere nas hipóteses de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, previstas no art. 51 da Lei Orgânica Municipal.

No mesmo sentido, é o Tema de Repercussão Geral nº 917 do Supremo Tribunal Federal: “Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, “a”, “c” e “e”, da CF)” - leading case: ARE 878.911; Relator Ministro Gilmar Mendes; STF.

Posto isso, o disposto no art. 1º do Projeto encontra amparo na redação da Lei Federal n. 12.408/2011:

---

<sup>1</sup> Art. 65. Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano:  
Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

§ 1º Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a pena é de 6 (seis) meses a 1 (um) ano de detenção e multa.

§ 2º Não constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão competente e a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional.



Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

Boulevard Antônio Festa, 88 - Centro, Votorantim – SP - CEP: 18110-105

Art. 3º O material citado no art. 2º desta Lei só poderá ser vendido a maiores de 18 (dezoito) anos, mediante apresentação de documento de identidade.

Parágrafo único. Toda nota fiscal lançada sobre a venda desse produto deve possuir identificação do comprador.

Em relação ao art. 2º, o Órgão Especial do TJ/SP possui entendimento majoritário de que a **“previsão de aplicação de penalidades não representa estabelecimento de novas incumbências à Administração, por já decorrer do poder de polícia”** (ADI n. 2362506-65.2024.8.26.0000; Relator Des. Silva Rocha; j. 26/03/2025).

Ademais, a criação de fundo específico para o custeio da recuperação de bens públicos mostra-se possível, uma vez que o vereador não impôs ao Poder Executivo a forma de sua instituição ou de sua gestão, tampouco vinculou sua administração a determinada secretaria.


Nesse sentido, **“ao Legislativo incumbe dizer o que deve ser feito, mas o como fazer deve ficar a critério do Poder Executivo, a quem incumbe eleger a melhor maneira de atender o interesse público, função típica da Administração”** (Órgão Especial/TJSP. Direta de Inconstitucionalidade nº 2058466-79.2025.8.26.0000. Relator Des. Gomes Varjão. J. 26/06/2025).

Por fim, **“releva observar que não fora fixado prazo para regulamentação da presente Lei por meio de decreto, o que se revela escorreito”** (Órgão Especial/TJSP; ADI n. 2161527-58.2022.8.26.0000; Relator Des. Campos Mello; j. 23/11/2022).

Diante o exposto, concluímos pela constitucionalidade do PLO.

LAUDICEIA  
NOGUEIRA  
SOARES

Assinado de forma  
digital por LAUDICEIA  
NOGUEIRA SOARES  
Dados: 2025.11.19  
14:06:32 -03'00'

  
Eduardo Miguel Kiss dos Santos  
Estagiário de Direito